



EIXO GESTÃO

SECRETARIA DE PARCERIAS

# CARRIS



prefeitura de  
**PORTO ALEGRE**

# Situação da Empresa em 2019

## Indicadores Selecionados:

- Receita Líquida: R\$ 167,6 mm
- EBITDA: - R\$ 6.4 mm
- Lucro Líquido: - R\$16.6 mm
- Prejuízos Acumulados: R\$ 323,7 mm
- Aportes Controlador: R\$ 14,5 mm
- Passageiros Transportados: 52 mm
- Linhas Operadas: 24 linhas
- Km Rodados: 20,6 milhões de km
- Funcionários Ativos (2020): 1.643

Número total de funcionários (2020): 2.062

## Principais Medidas de Gestão (2018 – 2019)

- Reconhecimento de passivos judiciais e levantamento de depósitos judiciais;
- Redução dos pagamentos de horas extras, funções gratificadas e cargos comissionados;
- Revisão do Programa de Benefícios, suspendendo pagamentos indevidos;
- Redução dos acidentes de trabalho através da identificação de riscos e duplicação de treinamentos;
- Redução dos assaltos nos ônibus (CFTV);
- Redução geral de gastos com utilidades (água, luz e telefonia).



## Por que a CARRIS não deve mais ser uma empresa pública?

- Evitar repasses do município: Meio bilhão em valores atualizados até o final de 2021 (2010 - 2021);
- Custo regulatório 21% maior do que o dos consórcios privados → aumento no valor da passagem;
- Custos operacionais além da remuneração regulatória (10% - 15%);
- Impacto da CARRIS na tarifa é de aproximadamente R\$ 0,15;
- Gasto com combustíveis - É 27% maior do que a média de gasto por km rodado dos demais operadores privados de Porto Alegre;
- Gasto com pessoal - é 12% maior, per capita;
- O absenteísmo\* na Carris foi de 2,03% em 2019, ao passo que nas demais empresas privadas é, tipicamente, de 0,40%, uma relação de 5 vezes;
- Ao fim de 2019, antes do Covid, a Carris possuía 417 funcionários afastados (25% do total de ativos). Em estudo da Controladoria do município, de todos os afastados, 250 permaneciam afastados há mais de 2 anos e meio ao final de 2020.



## Por que a desestatização como solução?

- Eliminar aportes do acionista controlador (Prefeitura)
- Redução no valor da passagem
- Forma menos traumática para o corpo de funcionários para atingir os dois pontos acima de forma definitiva
- Transforma custos médios públicos da Carris em custos médios privados
- Preserva a continuidade da operação do sistema
- Mantém o conhecimento da operação do sistema dos funcionários da Carris
- Mantém o uso da infraestrutura existente (Garagem, oficina e frota)
  - Incluindo o uso dos 98 veículos adquiridos em 2021



## A Modelagem

### Outorga da linhas + venda da empresa

(Concessão) + (CNPJ)

- Mantém as regras dos contratos de concessão já firmados
- Os dois contratos (concessão e venda de ações) licitados em conjunto
- Mesmo licitante leva os dois contratos
- CARRIS deve ser transformada em SPE para operar contrato de concessão
- Reversibilidade dos bens igual aos demais contratos
- Mantém 22,44% de participação nos custos do sistema



## Particularidades (1/2)

### CONCESSÃO

- Duração de 14 anos, a partir da ordem de início dos serviços (expectativa de terminar em 2036)
- Coincidência do fim do contrato com demais operadores será ajustado por reequilíbrio ao fim da concessão
- Opera todas as linhas do bloco da Bacia Transversal (Ex-Bacia Pública)
- Desobrigação de investimentos nos 4 últimos anos da concessão
- Município pode exigir investimentos mediante reequilíbrio da parcela não amortizável/realizável



## Particularidades (2/2)

### CONTRATO DE COMPRA E VENDA

- Garantia provisória durante 12 meses para 801 funcionários
- Exclui cobradores (557), que seguem o disposto na Lei Municipal nº 12.910
- Subrogação do único financiamento que estará ativo em 2023
  - (CEF, saldo de R\$ 34,5 milhões em jan/23, até 2030, CDI + 0,42% a.m.)
- Limitação de responsabilidade em relação a passivos trabalhistas e cíveis
  - Comprador responsável por R\$ 15 milhões
  - Acima de R\$ 15 milhões, Município e comprador dividem 80% – 20%
- Carris está empreendendo PDV, com 370 adesões confirmadas
  - Expectativa de redução de 20% na folha



# Valor De Alienação

## CONCESSÃO

- Valor: R\$ 1,00
- Bônus de outorga (ágio) incide sobre a oferta da concessão
- Ágio pago à vista, antes da assinatura do contrato

## CONTRATO DE COMPRA E VENDA

- Valor: R\$ 125.898.961
- 1a Parcela: R\$ 10 milhões na assinatura do contrato
- 168 parcelas mensais (14 anos): R\$ 689.876
- Valor fixo, sem ágio
- Avaliado pelo valor de reposição dos itens realizáveis do Balanço projetado em dez/23





# Avaliação

Reposição dos Ativos e Passivos Realizáveis :

- Projeta o balanço da empresa no momento provável da venda (Dez/22)
- Acima do valor econômico da concessão
- Valor dos ativos imobilizados lastreados em laudo de dez/21 contratado pela Carris
- Maior certeza sobre as grandezas envolvidas, pelo curto espaço das projeções
- Carris apresenta prejuízos nos últimos 12 anos
- Retorno da concessão é fixo e aferido anualmente, na revisão tarifária
- Todos os operadores do sistema mantêm o mesmo retorno sobre ativos e serviço
- Valor do contrato é o valor do investimento inicial em ativos imobilizados



# Metodologia de Avaliação

BALANÇO PATRIMONIAL (MIL)			OBSERVAÇÕES
ATIVO	2021	2022	
	R\$ 203.262	R\$ 206.941	
Caixa e Disponibilidades	R\$ 4.971	R\$ 7.370	50% depositada em caixa: fornecedores, Obrigações Sociais, Salários e encargos e Obrigações Fiscais
Clientes	R\$ 301	R\$ 442	Ajustado conforme variações RB
Adiantamentos	R\$ 134	R\$ 134	
Outros Créditos	R\$ 388	R\$ 388	
Estoque	R\$ 3.763	R\$ 4.903	Ajustado conforme variações CSP e ADM
Depósitos Judiciais	R\$ 7.924	R\$ 7.924	
Ativo Permanente	R\$ 185.781	R\$ 185.781	Ajustado pelo Laudo 74/2021
<b>PASSIVO</b>	<b>R\$ 88.879</b>	<b>R\$ 81.042</b>	
Fornecedores	R\$ 5.493	R\$ 7.157	Ajustado por variações no CSP e ADM
Salários e Encargos	R\$ 4.971	R\$ 4.114	Ajuste por efeitos do PDV e por variações salários e encargos
Obrigações Fiscais	R\$ 339	R\$ 339	Ajustado por variações de tributos sobre vendas
Obrigações Sociais	R\$ 3.780	R\$ 3.128	Ajuste por efeitos do PDV e por variações salários e encargos
Antecipação de Receita	R\$ 11.738	R\$ 11.738	
Financiamentos (curto prazo)	R\$ 7.877	R\$ -	Quitados no CP
Outras Obrigações	R\$ 1.445	R\$ 1.445	
Financiamentos	R\$ 34.911	R\$ 34.795	Ajustado por amort. programadas de financ.
Tributos diferidos sobre Aval Patrim.	R\$ 3.074	R\$ 3.074	
Outros	R\$ 259	R\$ 259	
Provisões Judiciais	R\$ 14.991	R\$ 14.991	
<b>RESULTADO</b>	<b>R\$ 114.383</b>	<b>R\$ 125.899</b>	



# Cronograma

## Próximos Passos

Consulta Pública e  
Audiência Pública

Análise de  
contribuições da  
consulta e versão  
final dos documentos

Envio TCE e  
atendimento das  
recomendações

Licitação e Assinatura  
dos Contrato

11/04 até 11/05

Até 30/05

Até Set/22

Até Dez/22





EIXO GESTÃO

SECRETARIA DE PARCERIAS

**Obrigado!**



prefeitura de  
**PORTO ALEGRE**